

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE
DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais
e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Administradores
Royal Fic Distribuidora de Derivados de Petróleo S.A.
São Paulo - SP

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Royal Fic Distribuidora de Derivados de Petróleo S.A. ("Companhia") identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Royal Fic Distribuidora de Derivados de Petróleo S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Parcelamento tributário - Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) e Termo de Negócio Jurídico Processual em acordo com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 16 às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, em que pese a Administração da Companhia ter aderido ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), e tal qual, nessas circunstâncias, ter incluído: (i) os débitos da Companhia apresentados na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e na Receita Federal do Brasil (RFB); (ii) os débitos da empresa Asadiesel Petróleo Ltda. com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) (Empresa relacionada que embora tenha sido incorporada contabilmente em 2005, não apresenta-se incorporada na referida autoridade tributária), cujos montantes apresentados no passivo circulante e passivo não circulante são de R\$ 19.857 mil e R\$ 195.943 mil, respectivamente; (iii) as dívidas que foram apuradas considerando créditos tributários no montante de R\$ 136.322 mil oriundos do goodwill gerado na operação de incorporação da sua controladora na época, Petrofic Participação e Investimentos Empresariais Ltda., e também, em ato subsequente, a Administração da Companhia ter celebrado em junho de 2019, por meio de um Termo de Negócio Jurídico Processual, um acordo com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) onde repactuou substancialmente o parcelamento que havia incluído no PERT da empresa Asadiesel Petróleo Ltda., restabelecendo assim, a referida dívida atualmente no montante de R\$ 149.230 mil, não nos foi apresentada uma análise ou um estudo sobre a capacidade de geração de caixa para liquidação da referida dívida. Consequentemente, não fomos capazes de obter evidência suficiente sobre manutenção do parcelamento e acordo ora mencionados, e quaisquer impactos e desdobramentos futuros de continuidade operacional relacionados a esses eventos sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019.

Impostos a recuperar e impostos e contribuições a recolher - exclusão de ICMS da base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 7 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em abril de 2019, a Companhia obteve decisão judicial transitada em julgado lhe concedendo o afastamento da exigência da inclusão do ICMS na base de cálculo da contribuição para o PIS e a COFINS, e lhe garantindo, dessa forma, o direito de solicitar a habilitação para compensação dos valores excedentes recolhidos para o período de 1998 a 2018. Por outro lado, o processo não apresenta de forma explícita a metodologia de cálculo para realizar a mensuração confiável do montante recuperável de créditos relativos ao período do trânsito em julgado, e também, pelo fato de estar aguardando o posicionamento do Supremo Tribunal Federal acerca de determinados assuntos como o pedido de modulação e apreciação de Embargos de Declaração apresentados pela Fazenda Nacional ao acórdão do RE nº 574.706, a Administração da Companhia reconheceu e compensou parcialmente o montante de R\$ 18.211 durante o exercício de 2019. Nesse sentido, considerando que ocorreu o trânsito em julgado, e, de acordo com a NBC TG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, quando for praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos, o ativo e o correspondente ganho são reconhecidos nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer a mudança de estimativa que, e no caso, correspondente a data em que a ação judicial transitou em julgado. Consequentemente, pela ausência de metodologia explícita para adequada apuração do montante do referido crédito, reconhecimento, mensuração e apresentação consistentes com a referida metodologia, assim como, solicitação de habilitação para a referida compensação em autoridade tributária competente, não nos foi possível, nas circunstâncias, estabelecer procedimentos de auditoria para examinar o montante do referido crédito e seus efeitos sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas findas em 31 de dezembro de 2019, pelo fato dos efeitos desse assunto não terem sido determinados.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Ênfase

Transações com Partes Relacionadas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 10 às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a Companhia mantém relações e transações com partes relacionadas em condições estabelecidas entre elas. Consequentemente, os resultados de suas operações individuais e consolidadas, bem como os seus efeitos tributários podem ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas, assim como, a realização e liquidação das referidas operações são condicionadas às disponibilidades de fluxos de caixa entre as partes relacionadas. Nossa opinião não está sendo modificada em relação a esse assunto.

Tributos diferidos - realização

Chamamos atenção ao mencionado na nota explicativa Nº 12.b, às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, onde a Companhia, possui registrado na rubrica "Tributos Diferidos", no ativo não circulante, o montante de R\$ 49.618 mil em 31 de dezembro de 2019, cuja realização depende de lucros tributáveis futuros.

Nessas circunstâncias, a Administração da Companhia nos apresentou o estudo de viabilidade que demonstra a provável ocorrência de lucros tributáveis futuros, com base em premissas estimadas na sua melhor expectativa, contudo, a utilização dos referidos tributos depende da concretização e efetivação dos planos de negócio estabelecidos. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Impactos COVID-19

Chamamos atenção ao mencionado na nota explicativa Nº 26, às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas relacionadas aos impactos do COVID-19 sobre as referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, na qual a Administração da Companhia avalia os impactos do COVID-19 em seus negócios e as ações em curso para mitigar seus efeitos. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 30 de abril de 2020.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Ativo					Passivo e patrimônio Líquido					
	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018		2019	2018	2019	2018
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	4	21.181	15.005	21.223	15.101					
Contas a Receber	5	103.848	105.509	70.571	76.247					
Estoques	6	53.334	157.536	53.382	158.123					
Impostos a recuperar	7	26.225	25.852	26.378	25.913					
Adiantamentos a fornecedores	8	19.857	21.415	19.857	21.415					
Outros Créditos	9	3.744	1.428	3.744	1.856					
		<u>228.189</u>	<u>326.745</u>	<u>195.155</u>	<u>298.655</u>					
Não circulante										
Contas a receber		22.086	-	22.086	-					
Impostos a recuperar		19.607	9.254	19.607	9.254					
Partes Relacionadas	10	160.183	96.650	160.199	96.666					
Depósitos Judiciais	18	11.816	8.262	12.160	8.533					
Tributos diferidos	12.b	49.618	49.618	49.618	49.618					
Outros créditos	9	4.151	490	4.151	490					
Imobilizado	13	89.362	64.585	91.959	68.064					
Intangível		2.593	3.311	2.486	3.275					
		<u>359.416</u>	<u>232.170</u>	<u>362.266</u>	<u>235.900</u>					
Total do ativo		<u>587.605</u>	<u>558.915</u>	<u>557.421</u>	<u>534.555</u>					
Circulante										
Empréstimos e financiamentos	14	130.567	74.512	130.567	74.534					
Fornecedores	15	54.145	110.434	54.619	111.912					
Salários, férias e encargos a pagar		3.651	3.278	3.716	3.361					
Impostos e contribuições a recolher e parcelamento	16	19.857	18.039	19.998	18.223					
Adiantamentos de clientes		4.470	3.290	4.547	3.705					
Provisão para patrimônio líquido negativo de controlada	17	31.213	26.782	-	-					
Outras obrigações		740	331	740	331					
		<u>244.643</u>	<u>236.666</u>	<u>214.187</u>	<u>212.066</u>					
Não circulante										
Empréstimos e financiamentos	14	3.079	333	3.079	333					
Impostos e contribuições a recolher e parcelamento	16	195.943	183.251	196.259	183.626					
Provisão para demandas judiciais	18	6.614	9.955	6.726	9.955					
		<u>205.636</u>	<u>193.539</u>	<u>206.064</u>	<u>193.914</u>					
Patrimônio líquido										
Capital social	19	137.324	137.324	137.324	137.324					
Reserva de lucros		1	-	1	-					
Prejuízos acumulados		-	(8.614)	-	(8.614)					
		<u>137.325</u>	<u>128.710</u>	<u>137.325</u>	<u>128.710</u>					
Participação de acionistas não controladores		-	-	(155)	(135)					
		<u>137.325</u>	<u>128.710</u>	<u>137.170</u>	<u>128.575</u>					
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>587.605</u>	<u>558.915</u>	<u>557.421</u>	<u>534.555</u>					

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita operacional líquida	20	4.549.420	4.098.250	4.545.470	4.093.605
Custo dos produtos vendidos	21	(4.424.086)	(3.969.134)	(4.433.168)	(3.988.559)
Lucro bruto		125.334	129.116	112.302	105.046
Receitas/(despesas) operacionais					
Despesas com vendas	21	(4.867)	(30.345)	7.367	(7.973)
Despesas administrativas e gerais	21	(89.099)	(61.789)	(92.608)	(70.468)
Resultado de equivalência patrimonial	17	(4.432)	(10.084)	-	-
Outras (despesas) e receitas operacionais, líquidas	22	28.969	(3.355)	28.708	(3.080)
		(69.429)	(105.573)	(56.533)	(81.521)
Resultado antes das receitas/(despesas) financeiras		55.905	23.543	55.769	23.525
Receitas financeiras	23	14.652	4.323	14.861	4.325
Despesas financeiras	23	(27.502)	(13.563)	(27.568)	(13.623)
Variações monetárias, líquidas	23	(24.587)	(2.518)	(24.594)	(2.599)
		(37.437)	(11.758)	(37.301)	(11.897)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		18.468	11.785	18.468	11.628
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Corrente	12.a	(9.853)	-	(9.853)	-
Diferido	12.a	-	(973)	-	(816)
Lucro líquido do exercício		8.615	10.812	8.615	10.812
Resultado líquido do exercício atribuído aos:					
Acionistas não controladores		-	-	20	51
Acionistas controladores		8.615	10.812	8.595	10.761
Lucro líquido do exercício		8.615	10.812	8.615	10.812

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro líquido do exercício	8.615	10.812	8.615	10.812
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	-	-	-	-
	<u>8.615</u>	<u>10.812</u>	<u>8.615</u>	<u>10.812</u>
Resultado atribuível aos acionistas controladores	-	-	8.595	10.761
Resultado atribuível aos acionistas não controladores	-	-	20	51
Resultado abrangente do exercício	<u>8.615</u>	<u>10.812</u>	<u>8.615</u>	<u>10.812</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros			(Prejuízos)/lucros líquidos Acumulados	Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio Líquido
	Capital Social	Reserva de lucros	Reserva legal					
Saldos em 1º de janeiro de 2018	137.324	-	-	(19.426)	-	117.898	(84)	117.814
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	10.812	10.812	(51)	10.761
Destinações								
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	-	10.812	(10.812)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	137.324	-	-	(8.614)	-	128.710	(135)	128.575
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	8.615	8.615	(20)	8.595
Destinações								
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	-	8.614	(8.614)	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição dos dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de lucros	-	1	-	-	(1)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	137.324	1	-	-	-	137.325	(155)	137.170

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício antes dos tributos sobre o lucro	18.468	11.785	18.468	11.628
Despesas/(receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa				
Depreciação e amortização	6.716	5.392	7.676	6.409
Constituição de provisão para perdas com investimentos (Reversão)/Constituição de Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	4.432	10.084	-	-
Constituição/(reversão) de provisão para perdas com adiantamentos a fornecedores	1.458	2.092	(1.384)	2.188
Constituição de provisão para demandas judiciais	(1.590)	294	(1.590)	294
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos a realizar	(3.341)	1.489	(3.229)	(704)
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	-	(352)	-	(351)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	(9.849)	-	-	-
Participação de não controladores	-	19	-	-
	-	-	(20)	(51)
Variações em ativos e passivos				
Contas a receber	(21.883)	(21.902)	(15.026)	(9.448)
Estoques	104.202	(65.626)	104.741	(66.021)
Impostos a recuperar	(10.726)	23.442	(10.818)	23.258
Adiantamento para fornecedores	3.148	(7.317)	3.148	(7.309)
Partes relacionadas	(63.533)	8.180	(63.533)	8.094
Depósitos judiciais	(3.554)	(6.253)	(3.627)	(6.248)
Outros créditos	(5.977)	258	(5.548)	302
Fornecedores	(56.289)	73.768	(57.293)	72.939
Salários, férias e encargos a pagar	373	899	356	661
Impostos e contribuições a recolher e parcelamento	14.510	(23.378)	4.555	(23.110)
Adiantamento de clientes	1.180	810	843	1.225
Outras obrigações	404	(37)	405	(38)
Caixa líquido (usado) / gerado das atividades operacionais	(21.851)	13.648	(21.876)	13.718
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado	(30.514)	(13.958)	(30.513)	(13.958)
Aquisição (Baixas) de intangível	(331)	162	(339)	131
Baixa do imobilizado	70	2.695	70	2.692
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(30.775)	(11.101)	(30.782)	(11.135)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(715.983)	(265.404)	(716.027)	(265.404)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.244)	(5.826)	(2.244)	(5.826)
Captação de empréstimos e financiamentos	777.029	282.295	777.051	282.317
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	58.802	11.065	58.780	11.087
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	6.176	13.612	6.122	13.670
Caixa e equivalentes de caixa no início de exercício	15.005	1.393	15.101	1.431
Caixa e equivalentes de caixa no fim de exercício	21.181	15.005	21.223	15.101
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	6.176	13.612	6.122	13.670

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

1. Informações gerais

A Royal FIC Distribuidora de Derivados de Petróleo S.A. (“Companhia”), tem como objeto social a distribuição de derivados de petróleo para postos de combustíveis e grandes consumidores finais de todo o Brasil, oferecendo produtos regulamentados assegurados pela Agência Nacional de Petróleo - ANP. A capacidade atual de armazenamento é de aproximadamente 44 milhões de litros de combustível, distribuídos em 26 bases localizadas em diversos estados do Brasil, das quais 4 são próprias (duas primárias, em Paulínia/SP e Betim/MG, e duas secundárias em Cuiabá/MT e Campo Grande/MS), e 22 filiais divididas entre bases de distribuição nacional de terceiros, que são utilizadas para distribuição dos produtos da Companhia e escritórios comerciais, localizados em Campinas/SP, Ribeirão Preto/SP, Bauru/SP, São José dos Campos/SP, Guarulhos/SP, Guarulhos T-Liq/SP, Itajaí/SC, Piçarras/SC, Senador Canedo/GO, Uberlândia/MG, Uberaba/MG, Araucária/PR, Sarandi/PR, São Francisco do Conde/BA, Jequié/BA, Esteio/RS, Sinop/MT, Feira de Santana/BA, Paranaguá/PR, São Gonçalo do Sapucaí/MG, Ipojuca/PE e Rio Grande/RS.

A Administração da Companhia, buscando a continuidade e o crescimento exponencial de suas operações e de seus negócios, montou um plano de redução de despesas, otimização dos custos e crescimento do volume de vendas, através da implantação de uma estratégia de vendas que inclui a entrada em novos mercados, regionalização de clientes, equipes de vendas externas, aplicação de tecnologia da informação, planejamento tributário e melhoria de processos comerciais. Nessa perspectiva, as ações implantadas pela Administração durante o ano 2019, traduziram-se em resultados positivos, os quais são evidenciados, exceto pelo indicador consolidado de capital circulante líquido negativo da Companhia que está apresentado no montante de R\$ 19.032mil.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 30 de abril de 2020.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações contábeis consolidadas estão definidas a seguir.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições da lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis (CPC) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

(i) Demonstrações contábeis individuais

As Demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

(ii) Demonstrações contábeis consolidadas

As Demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas juntas com as Demonstrações contábeis individuais.

(iii) Mudanças nas políticas contábeis

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

A Companhia e sua controlada aplicaram pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data. A Companhia e sua controlada decidiram não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

a) CPC 06 (R2) - Arrendamentos

O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A nova norma substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Administração avaliou que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não tem impacto em suas demonstrações contábeis.

A Companhia e sua controlada aplicaram os seguintes expedientes práticos e isenções:

- i) Definição de contrato de arrendamento na transição: a Companhia e sua controlada aplicaram o CPC 06 (R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R2);
- ii) Contratos de curto prazo ou com prazo remanescente em 1º de janeiro de 2019 igual ou inferior a 12 meses: a Companhia e sua controlada reconheceram os pagamentos de arrendamentos associados a estes arrendamentos como despesas em base linear ao longo do prazo destes;
- iii) Contratos para os quais os ativos subjacentes são de baixo valor: a Companhia e sua controlada reconheceram os pagamentos de arrendamentos associados a esses arrendamentos como despesas em base linear ao longo do prazo do arrendamento;
- iv) Aplicou taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente).

Adicionalmente, a Companhia e sua controlada são parte em determinados contratos com prazos indeterminados. Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, com multa insignificante quando houver, a Companhia e sua controlada entendem que tais contratos estão fora do alcance do pronunciamento CPC 06 (R2), fazendo com que os pagamentos sejam reconhecidos como despesas operacionais, quando ocorrerem.

b) ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre a Renda

Essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do CPC 32, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. A administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pela Companhia e sua controlada nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações contábeis.

Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2020 ou após, que ainda não tiveram as devidas alterações nas normas contábeis brasileiras e em seus respectivos pronunciamentos, e a Companhia e sua controlada apresentam abaixo a avaliação dos impactos da adoção destas normas em suas Demonstrações Contábeis:

- Alteração da norma IFRS 3 - Definição de negócio. Esclarece aspectos para a definição de negócio, de forma a esclarecer quando uma transação deve ter tratamento contábil de combinação de negócios ou aquisição de ativos. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2020. A Companhia e sua controlada não espera impactos significativos em possíveis eventos futuros de combinações de negócios ou aquisição de ativos.
- Alteração das normas IAS 1 e IAS 8 - Definição de materialidade. Esclarece aspectos de materialidade para o enquadramento da norma contábil onde este conceito é aplicável. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2020. A Companhia e sua controlada não esperam impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.
- Alteração das normas IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 - Reforma da taxa de juros. Esclarece aspectos relacionados a taxa de juros em instrumentos financeiros de hedge. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2020. A Companhia e sua controlada não esperam impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.
- Alteração da norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2022. A Companhia e sua controlada não esperam impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

b. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

- Instrumentos financeiros - mensurados a valor justo por meio do resultado;
- Contingências;
- Investimentos.

c. Uso de julgamentos e estimativas

i) Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas emitidas pelo CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

ii) Estimativas e premissas

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais premissas da Companhia relativas às fontes de incerteza em virtude das quais estimativas futuras podem resultar em valores diferentes após a liquidação são apresentadas abaixo:

Nota 5 - Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia avalia na data de cada balanço patrimonial se há alguma evidência objetiva de que um ativo financeiro da classe de recebíveis é passível de provisão para perda por redução ao valor recuperável. Para definir se há uma prova objetiva de perda por redução ao valor recuperável, a Companhia considera fatores como a probabilidade de insolvência ou dificuldades financeiras substanciais do devedor e inadimplemento ou atraso substancial nos pagamentos. Quando há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável, o valor e o momento do fluxo de caixa futuro são estimados com base na experiência de prejuízos históricos de ativos com características de risco de crédito similares. A política vigente na Companhia e aprovada pela administração é de constituir a provisão de perda estimada com crédito de liquidação duvidosa para os títulos vencidos a mais de 90 dias.

Nota 12.b - Realização do Imposto de Renda diferido.

Impostos diferidos ativos são registrados quando é provável que haja fontes de receita tributáveis disponíveis futuramente para compensar o ativo fiscal diferido, considerando os prejuízos fiscais acumulados.

Essas fontes incluem lucro tributável estimado com base nas projeções de resultados elaboradas com base nas premissas internas e cenários econômicos futuros previstos.

Nota 13 - Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

A Administração avalia anualmente o valor contábil dos ativos para verificar eventos ou alterações econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar uma redução ou perda do seu valor recuperável.

Se forem identificadas tais evidências, e o valor contábil exceder o valor recuperável, uma provisão para perda por redução é então registrada, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de uma determinada unidade geradora de caixa é definido como o maior entre seu valor em uso e seu valor justo menos custos de vendas. Na estimativa do valor em uso de um ativo, fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o setor no qual a unidade geradora de caixa opera.

Fluxos de caixa são derivados do orçamento dos cinco anos subsequentes e não incluem atividades de reestruturação para as quais a Companhia não esteja ainda compromissada ou investimentos substanciais futuros que possam melhorar a base de ativos da unidade geradora de caixa que está sendo testada. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto adotada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuro estimado e à taxa de crescimento utilizada.

A Companhia não possui ativos imobilizados que deva baixar ou alienar e que necessitem de constituição de provisão para desmontagem de ativos.

Nota 13 - Vida útil dos ativos imobilizados

Os ativos imobilizados são depreciados de forma linear durante a vida útil estimada dos bens. Mudanças no nível esperado de uso e desenvolvimentos tecnológicos podem causar impacto sobre a vida útil econômica e sobre os valores residuais desses ativos, portanto, valores de depreciação futuros podem ser revistos.

Nota 18 - Provisão para demandas judiciais

A Companhia reconhece a provisão para demandas judiciais relativas a riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para considerarem alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação de transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores diferentes daqueles estimados, devido a incorreções inerentes ao seu processo de estimativa. A Companhia avalia suas estimativas e premissas ao menos uma vez ao ano.

Nota 3.e - Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido no mercado ativo, determina-se usar técnicas de avaliação, inclusive o método de fluxo de caixa descontado. Os dados desses métodos se baseiam nos praticados no mercado, quando possível; no entanto, quando não for viável, determinado nível de julgamento é necessário para definir o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo de apresentação dos instrumentos financeiros.

d. Consolidação

(a) Demonstrações contábeis consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das Demonstrações contábeis consolidadas.

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. A controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre Empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados, quando aplicável.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Em 31 de dezembro 2019, as demonstrações contábeis consolidadas incluem a consolidação integral da controlada Petroviários Transportes Ltda., responsável pelos transportes dos produtos comercializados pela Companhia.

(b) Demonstrações contábeis individuais

Nas Demonstrações contábeis individuais a controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas Demonstrações contábeis individuais quanto nas Demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

e. Moeda funcional e moeda de apresentação

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações contábeis. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da entidade, foram convertidas pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data-base das demonstrações contábeis.

Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

f. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

g. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perda estimada com liquidação de devedores duvidosos "PECLD" (impairment) (Nota 5). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

O valor justo das contas a receber de clientes registrado inicialmente é determinado pelo valor presente desses ativos calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

h. Ativos financeiros

Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou (iii) valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou mesmo ao valor justo por meio do resultado. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

i. Passivos financeiros

Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos.

Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

j. Estoque

Avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o valor realizável líquido. As provisões para perdas com estoques são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Se o valor de compra for maior do que o valor líquido realizável, é constituída uma provisão para perdas nos estoques.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados para a conclusão da venda.

k. Adiantamentos a fornecedores

Adiantamentos a fornecedores são realizados por meios dos pagamentos, atualizados com base nos índices médio de 2,6% ao mês. Estes adiantamentos são considerados como ativos não monetários e não derivativos e inicialmente reconhecidos a valor justo, registrados como ativo circulante e não circulante.

Os adiantamentos são liquidados com base nos recebimentos dos produtos adquiridos. Quando aplicável, uma provisão para perdas é registrada em um montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas estimadas decorrentes da não entrega do produto. A Companhia calcula a provisão com base em condições econômicas existentes e análise de conta específica dos fornecedores com risco de não entregarem o produto adquirido.

l. Imobilizado

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens (Nota Explicativa nº 13).

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 27, o valor residual, o tempo de vida útil e o método de depreciação do ativo imobilizado devem ser revisados pelo menos ao final de cada exercício social. A Administração revisou tais premissas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e não houve mudanças em relação aquelas já praticadas. Eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

m. Intangíveis

A Companhia possui licenças de software e fundo de comércio como ativos intangíveis. Todos possuem vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

n. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. A capitalização dos custos de empréstimos se inicia quando as atividades para preparar o ativo para sua utilização desejada ou venda estão em andamento e os dispêndios e custos de empréstimos tenham incorrido. Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que incorrem. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

o. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam exigidos para liquidar a obrigação em montante que possa ser estimado de forma confiável.

i. Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a demanda e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas considerando alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados. Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

ii. Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa

A Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base na análise individual de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e a provisão são registradas para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

iii. Provisão para perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A cada encerramento das demonstrações contábeis, a Companhia avalia o valor contábil de ativos não financeiros para verificar eventos ou alterações nas circunstâncias econômicas e operacionais que possam indicar a perda no valor recuperável de um ativo. Se verificadas essas circunstâncias e o valor contábil exceder o valor recuperável, uma provisão para perda por redução do valor recuperável é então registrada, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior de: (a) o valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) o seu valor em uso. Valor em uso é o fluxo de caixa descontado (antes dos impostos) decorrente do uso contínuo do ativo até o fim de sua vida útil. Intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperabilidade de seus valores testada anualmente, independentemente da existência de indicadores de perda por redução ao valor recuperável.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é subsequentemente revertida, há um aumento no valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente na demonstração do resultado.

iv. Não-reconhecimento do ativo fiscal diferido (Valuation Allowance)

A mensuração inicial e subsequente do Imposto de Renda diferido é realizada quando é provável que um lucro tributável futuro estará disponível nos próximos anos para ser usado para fins de compensação, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial, se o benefício fiscal é reconhecido integralmente.

v. Outras provisões

Provisões são registradas quando a Companhia tem uma obrigação legal ou implícita perante terceiros decorrente de um evento passado, e esta obrigação pode ser estimada de forma confiável, e quando é provável que uma saída de recursos representando benefícios econômicos será exigida na sua liquidação. Provisões são registradas de forma a refletir as melhores estimativas de valores exigidos para liquidar a obrigação ao final de cada período, considerando os riscos e incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base no fluxo de caixa estimado para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente daquele fluxo de caixa (quando o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for praticamente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

p. Benefícios a empregados

Os benefícios concedidos aos empregados e administradores da Companhia incluem remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS, férias e 13º salário). Esses benefícios são registrados na demonstração do resultado, conforme são incorridas. Os benefícios de curto prazo a empregados são mensurados a valores não ajustados a valor presente, e são incorridos como despesas à medida que o serviço relacionado seja prestado.

A Companhia não têm planos de benefícios de demissão para funcionários.

q. Reconhecimento de receita

i. Venda de produtos

A receita da Companhia deriva principalmente das vendas de combustíveis. As receitas decorrentes de venda de produtos são reconhecidas quando a entidade transfere ao comprador os riscos e benefícios significativos inerentes à propriedade dos produtos, quando a entrega foi realizada, quando não existe direito de retorno e os preços são mensuráveis na data da venda, e quando é provável que sejam gerados benefícios econômicos associados à transação em favor da Companhia.

Os preços de venda são fixados com base em ordens de compra ou contratos.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Existem várias outras condições adicionais para o reconhecimento da receita: que o recebimento das vendas seja razoavelmente assegurado baseado na experiência histórica e condições atuais do mercado, que o preço seja fixado ou determinável, e que não haja qualquer obrigação de cumprimento relacionado à venda.

A receita é reconhecida líquida de descontos, benefícios comerciais concedidos e impostos sobre as vendas, tais como:

- Impostos indiretos federal - Contribuição Social sobre a Receita Bruta para o Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,6%, exceto nas operações de venda da gasolina e diesel, pois estas operações são isentas na saída. Na venda do etanol a Companhia se enquadra na regra prevista no Decreto nº 6.573/2008 artigo 2º II, que sofreu alteração pelos Decretos nºs 7.997/2013, 8.164/2013, 9.101/2017 e 9.112/2017 cuja tributação foi fixada para cada metro cúbico em, R\$19,81 (dezenove Reais e oitenta e um centavos) para o PIS e R\$91,10 (Noventa e um Reais e dez centavos) para a COFINS e na compra de etanol a tributação foi fixada para cada metro cúbico em, R\$0,00 (zero) para o PIS e R\$0,00 (zero) para a COFINS;
- Impostos indiretos estadual - Imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS) - de 7% a 29%;
- Os custos de frete e outros relacionados são classificados na rubrica "Despesas de vendas" na demonstração do resultado.

ii. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

r. Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente e diferido

Corrente

O Imposto de Renda corrente é o imposto a pagar esperado ou a recuperar/a ser compensado em relação ao lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício. Para computar o Imposto de Renda corrente e contribuição social sobre o lucro.

Impostos sobre a renda no Brasil compreendem o Imposto de Renda (25%) e contribuição social (9%), para entidades tributadas pelo regime de lucro real, cuja alíquota incide a 34%. Impostos diferidos para essas entidades são previstos para todas as diferenças temporárias de imposto na data do balanço entre as bases de cálculo dos ativos e passivos, e seus valores contábeis.

Imposto de Renda e contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando estiverem diretamente relacionados aos itens registrados diretamente ao patrimônio líquido ou à reserva de reavaliação que já estão reconhecidos líquidos dos efeitos fiscais, quando aplicáveis.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores registrados de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Seu reconhecimento ocorre na medida em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária. Os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social acumulados não possuem prazo de prescrição, porém a sua compensação é limitada a 30% do montante do lucro tributável de cada exercício.

Caso a realização do imposto diferido ativo não seja provável, o saldo não é reconhecido. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu impostos diferidos ativos calculados sobre saldo de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias. A Companhia apresenta o saldo de imposto diferido líquido, apurado por entidade jurídica e mesma jurisdição.

s. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da Companhia ao final do exercício, com base no Estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

3. Gestão de risco financeiro

a. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco com taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

(a) Risco de mercado

(i) Risco com taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

(c) Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas políticas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Diretoria Financeira.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Controladora			
Em 31 de dezembro de 2018			
Empréstimos e financiamentos	74.512	333	-
Fornecedores	110.434	-	-
Outras contas a pagar	331	-	-
Em 31 de dezembro de 2019			
Empréstimos e financiamentos	130.567	3.079	-
Fornecedores	54.145	-	-
Outras contas a pagar	736	-	-
Consolidado			
Em 31 de dezembro de 2018			
Empréstimos e financiamentos	74.534	333	-
Fornecedores	111.912	-	-
Outras contas a pagar	331	-	-
Em 31 de dezembro de 2019			
Empréstimos e financiamentos	130.567	3.079	-
Fornecedores	54.619	-	-
Outras contas a pagar	736	-	-

(d) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 podem ser assim sumarizados:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Total dos empréstimos (Nota 14)	133.646	74.845	133.646	74.867
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(21.181)	(15.005)	(21.223)	(15.101)
Dívida líquida	112.465	59.840	112.423	59.766
Total do patrimônio líquido	137.329	128.710	137.329	128.710
Total do capital	249.794	188.550	249.752	188.476
Índice de alavancagem financeira - %	45%	32%	45%	32%

(e) Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ativos				
Valor justo por meio do resultado				
Caixa Equivalencia de caixa (Nota 4)	21.181	15.005	21.223	15.101
Empréstimo ao Custo amortizado				
Contas a receber de clientes (Nota 5)	125.934	105.509	92.657	76.247
Partes relacionadas (Nota 10)	160.183	96.650	160.199	96.666
Passivo				
Mensurados ao Custo amortizado				
Empréstimo e financiamentos (Nota 14)	133.646	74.845	133.646	74.867
Outros Passivos Financeiros				
Fornecedores (Nota 15)	54.145	110.434	54.619	111.912

Hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo. Utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis):

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Controladora		2019		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes				
Caixa e equivalentes de Caixa		21.181	-	-
Contas a Receber		125.934	-	-
		2018		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes				
Caixa e equivalentes de Caixa		15.005	-	-
Contas a Receber		105.509	-	-
Consolidado		2019		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes				
Caixa e equivalentes de Caixa		21.223	-	-
Contas a Receber		92.657	-	-
		2018		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes				
Caixa e equivalentes de Caixa		15.101	-	-
Contas a Receber		76.247	-	-

A Companhia não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

(f) Qualidade dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada, conforme segue:

- Caixa e equivalentes de caixa - a Companhia mantém os depósitos bancários em instituições financeiras reconhecidas;
- Contas a receber - Referem-se, basicamente, a vendas para terceiros e partes relacionadas. O risco relativo a transações com partes relacionadas é considerado baixo. Com relação a vendas para terceiros, a Companhia possui procedimentos e controles para analisar o crédito dos clientes a cada transação de venda e determinar os limites de créditos concedidos aos seus clientes.

b. Análise dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda é obtido por meio de preços de mercado cotados em mercados ativos, se houver.

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais, futuros, pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. As taxas de juros efetivas nas datas dos balanços são as habituais no mercado e os seus valores justos não diferem significativamente dos saldos nos registros contábeis. As aplicações financeiras, representadas por aplicações em CDI e classificadas como empréstimos e recebíveis, foram avaliadas com base na taxa de remuneração contratada junto à respectiva instituição financeira, considerada como taxa habitual de mercado.

A classificação dos ativos e passivos financeiros na controladora é apresentada a seguir:

	2019		2018	
	Valor	Valor Justo	Valor	Valor Justo
Ativo				
Caixa e equivalencia de caixa	21.181	21.181	15.005	15.005
Contas a receber e outros créditos	125.934	125.934	105.509	105.509
Partes relacionadas	160.183	160.183	96.650	96.650
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	133.646	133.646	74.845	74.845

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa, banco conta movimento	18.880	14.853	18.922	14.949
Aplicações Financeiras	2.301	152	2.301	152
	21.181	15.005	21.223	15.101

Composto por caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata dentro de três meses ou menos e com risco imaterial de mudança em seu valor de mercado. Investimentos de curto prazo referem-se a operações de depósitos a prazo e de taxa de juros fixas vinculadas à taxa de Depósitos Interfinanceiros (DI) a 100%; e fundo de investimento refere-se a cotas de fundo de investimento, não exclusivas vinculadas a operações de valores mobiliários e financeiras com variação mensal indexada a Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com o objetivo de retornar à rentabilidade que varia de 96% a 110% do CDI. Esses investimentos são classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

5. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
No país (i)	91.419	76.703	58.312	47.537
Partes relacionadas (Nota 10)	37.292	33.041	37.292	33.041
Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	(2.777)	(4.235)	(2.947)	(4.331)
	<u>125.934</u>	<u>105.509</u>	<u>92.657</u>	<u>76.247</u>
Circulante	103.848	105.509	70.571	76.247
Não circulante	22.086	-	22.086	-
	<u>125.934</u>	<u>105.509</u>	<u>92.657</u>	<u>76.247</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2019 houve a assinatura do instrumento de comum acordo “confissão de dívida” com a usina Destilaria de Alcool Libra Ltda., onde houve o reconhecimento a receber no montante de R\$ 28 milhões, referente às operações de permutas “faturamento de diesel em troca de etanol” e adiantamentos em recursos a favor da usina, com expectativas de recebimento em etanol. O prazo estabelecido no instrumento para o recebimento desse montante é de 4 anos, com parcelas iniciais a partir de janeiro de 2020.

A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações contábeis é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento. A lista de contas a receber por idade de vencimento é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo a vencer	80.236	52.597	80.809	54.100
Vencidas				
De 1 à 30 dias	7.669	15.818	7.549	14.315
De 31 à 90 dias	4.321	5.698	3.944	5.068
Acima de 90 dias	36.485	35.631	3.302	7.095
	<u>128.711</u>	<u>109.744</u>	<u>95.604</u>	<u>80.578</u>

As contas a receber referem-se basicamente a faturamento de venda de combustíveis e transportes com combustíveis, cujo vencimento médio é de 5 dias.

A política vigente na Companhia e aprovada pela administração é de constituir perda estimada com crédito de liquidação duvidosa para os títulos vencidos a mais de 90 dias. A movimentação da Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Em 1º de janeiro	(4.235)	(2.143)	(4.331)	(2.143)
Reversões de provisões	1.458	-	1.384	-
Constituição de provisões	-	(2.092)	-	(2.188)
Em 31 de dezembro	<u>(2.777)</u>	<u>(4.235)</u>	<u>(2.947)</u>	<u>(4.331)</u>

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Gasolina	10.726	21.112	10.726	21.112
Biodiesel	-	-	39	574
Etanol anidro	5.718	8.893	5.718	8.893
Etanol hidratado	1.061	2.444	1.061	2.444
Oléo Diesel	30.003	111.970	30.003	111.970
Aditivos e outros	430	503	439	516
Provisão para perdas nos estoques	-	-	-	-
Estoque em Poder de Terceiro	5.396	12.614	5.396	12.614
	<u>53.334</u>	<u>157.536</u>	<u>53.382</u>	<u>158.123</u>

7. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
ICMS a recuperar	38.215	27.114	38.321	27.128
PIS e COFINS a recuperar	-	-	1	1
IR e CS a recuperar (b)	7.617	7.992	7.663	8.038
	<u>45.832</u>	<u>35.106</u>	<u>45.985</u>	<u>35.167</u>
Circulante	26.225	25.852	26.378	25.913
Não circulante (a)	19.607	9.254	19.607	9.254
	<u>45.832</u>	<u>35.106</u>	<u>45.985</u>	<u>35.167</u>

- (a) O ICMS a recuperar apresentado no não circulante é oriundo das operações de aquisições de Etanol Hidratado, que no Estado de Goiás são adquiridos à alíquota de 25% e em alguns momentos foi utilizado em operação interestadual (venda/transferência) à alíquota de 12%, basicamente para os Estados de Minas Gerais e Bahia. Esse saldo credor está homologado em conta gráfica pelo Fisco Goiano e está disponível para utilização pela filial nas saídas de Etanol Hidratado, sendo seu saldo devedor mensal abatido do saldo credor em conta gráfica;
- (b) Em 2017, a Companhia utilizou o saldo de créditos acumulados de PIS e COFINS, em compensações via PER/DCOMP, das antecipações por estimativa dos tributos IRPJ- Imposto de renda e CSLL- Contribuição social dos meses de janeiro a novembro-2017. No entanto, com a adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), e o reconhecimento de juros e encargos financeiros, contabilizados em dezembro de 2017, resultou em prejuízo contábil e fiscal para o exercício. Dessa forma, o saldo de PIS e COFINS utilizados nas compensações, se transformaram em saldos de IRPJ e CSLL a recuperar.

Em 2018, a Companhia utilizou-se dos saldos negativos de IRPJ e CSLL gerados em 2017, em forma de compensação dos tributos administrados pela Receita Federal, gerados durante o exercício corrente.

Em 2019, a Companhia não utilizou esses saldos para compensações.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

7.1. Exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") na base cálculo do Programa Integração Social ("PIS") e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("Cofins")

Com base no mandado de segurança nº 0016541-44.2008.403.6100 distribuído em 11 de julho de 2008, que foi concedida parcialmente através do trânsito em julgado em abril de 2019, o bojo do qual se pleiteou "somente" o direito de levantamento de possíveis créditos referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS incidente sobre a receita permitindo a retroatividade do cálculo desde de 1998. Apesar de não estar claro a metodologia de cálculo por ainda não existir a modulação na esfera judicial, a Administração da Companhia, admitiu o direito do crédito à Exclusão do valor do ICMS incidentes nas operações de vendas de combustíveis (Alcool Hidratado), sendo o levantamento de 1998 à 2018, e para os demais produtos (Gasolina e Diesel) a Administração ainda está aguardando a modulação do Supremo Tribunal Federal ("STF") para melhor aplicabilidade, adicionalmente, a Administração reconheceu a metodologia que entende ser a mais adequada a ser aplicada nas compensações do tributos. A metodologia aplicada para levantamento dos créditos foi segregada em dois métodos, o primeiro período onde o cálculo era efetuado por alíquotas e segundo quando o cálculo é efetuado por coeficiente por metro cúbico, em relação as obrigações acessórias, embora a Administração da Companhia não tenha protocolado junto à Receita Federal do Brasil o Pedido de Habilitação dos Créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS para conseguir fazer a compensação desses valores com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, ainda sim, procedeu a compensação adotando o procedimento de "Suspensão" de seus débitos na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - ("DCTF").

O montante compensado em 2019 foi de:

Tributos Compesados	2019
Pis - apuração mensal	1.467
Cofins - apuração mensal	6.891
IRPJ - apuração trimestral	7.242
CSLL - apuração trimestral	2.611
Total	18.211

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

8. Adiantamentos a fornecedores

Os adiantamentos a fornecedores referem-se, basicamente, a adiantamentos efetuados a fornecedores de etanol, Petrobrás S.A. e importadoras "Trading", para fornecimento futuro de combustíveis. A Companhia efetua os adiantamentos a fim de garantir, principalmente, os produtos das safras de cana das usinas, os quais estão suportados por contratos e/ou renegociações para entrega de etanol. A seguir, a composição desses adiantamentos:

Adiantamentos para:	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fornecedores de etanol	5.377	11.108	5.377	11.108
Fornecedores de derivados do petróleo	10.190	8.973	10.190	8.973
Fornecedores para distribuidoras	3.104	122	3.104	122
Outros	1.626	3.242	1.626	3.242
Provisão para perdas com adiantamentos	(440)	(2.030)	(440)	(2.030)
	<u>19.857</u>	<u>21.415</u>	<u>19.857</u>	<u>21.415</u>

A provisão para perdas com adiantamentos, refere-se substancialmente aos adiantamentos realizados para as usinas de etanol. De acordo com a análise individualizada de cada adiantamento, a Administração constituiu provisão considerada suficiente para cobrir eventuais perdas. As movimentações na provisão para perdas com adiantamentos estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Em 1º de janeiro	(2.030)	(1.736)	(2.030)	(1.736)
Provisões constituídas	(188)	(553)	(188)	(553)
Reversão de Provisão	1.778	259	1.778	259
Em 31 de dezembro	<u>(440)</u>	<u>(2.030)</u>	<u>(440)</u>	<u>(2.030)</u>

9. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas Antecipadas Seguros (i)	2.756	472	2.756	472
Consórcios (ii)	3.841	183	3.841	183
Outros	1.298	1.262	1.298	1.690
	<u>7.895</u>	<u>1.918</u>	<u>7.895</u>	<u>2.346</u>
Circulante	3.744	1.428	3.744	1.856
Não circulante	4.151	490	4.151	490
	<u>7.895</u>	<u>1.918</u>	<u>7.895</u>	<u>2.346</u>

- (i) Em 2019, a Companhia realizou contratações de seguros garantias, para assegurar os processos judiciais em discussões e em processos de parcelamento junto Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme detalhamento na Nota Explicativa 16;
- (ii) Aquisições de consórcios para futura renovação da frota própria de caminhões.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

10. Partes relacionadas

Saldos com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ativos				
<u>Contas a receber de clientes (Nota 5)</u>				
Petroviário Transportes Ltda.	34.003	31.202	34.003	31.202
Cassaro & Nogueira Ltda	436	767	436	767
Posto Ibirussu Ltda	53	460	53	460
Magnun Auto Posto Ltda	73	612	73	612
Agropecuaria Rio da Areia	4	-	4	-
Postos Amayama Ltda	2.723	-	2.723	-
	<u>37.292</u>	<u>33.041</u>	<u>37.292</u>	<u>33.041</u>
<u>Empréstimos</u>				
Agropecuária Rio da Areia Ltda. (a)	109.083	64.585	109.099	64.601
Édio Nogueira (b)	1.115	1.118	1.115	1.118
E N Administração e Participações Ltda. (c)	31.201	30.874	31.201	30.874
Petroviário Transportes Ltda.	-	-	-	-
Rede Futuro Administração e Participações Ltda.	(1.123)	-	(1.123)	-
Outros	20.580	73	20.580	73
	<u>160.856</u>	<u>96.650</u>	<u>160.872</u>	<u>96.666</u>
Passivos				
<u>Fornecedores (Nota 15)</u>				
Petroviários Transportes Ltda. (d)	501	1.565	501	1.565
	<u>501</u>	<u>1.565</u>	<u>501</u>	<u>1.565</u>

Refere-se à operação de mútuo sem remuneração e prazo de vencimento definido, podendo ser liquidados em bases líquidas, quando do interesse comum da Administração e da parte relacionada.

- Refere-se a operações de mútuo sem remuneração e prazo de vencimento definido, podendo ser liquidada quando do interesse comum da Administração;
- Referem-se a operações de empréstimos para diretor/acionista da Companhia sobre os quais não incidência de juros, e sem prazo de amortização definido;
- Operação de mútuo com acionistas sobre os quais o passivo é remunerado a taxa de 15,4% a.a. tanto o saldo ativo, quanto o saldo mantido junto a E.N. Administração e Participações Ltda., não possuem prazo de vencimento definido, podendo ser liquidados em bases líquidas quando do interesse comum da Administração e Acionista;
- Os saldos e transações com a Petroviário Transportes Ltda. são decorrentes de transações mercantis, relacionadas ao fornecimento de combustível para a controlada e o recebimento de serviços de transporte (frete) desta controlada à Companhia decorrentes de venda de combustível a terceiros.

A Companhia mantém relações e transações com partes relacionadas em condições estabelecidas entre elas, os resultados de suas operações individuais e consolidadas, bem como os seus efeitos tributários podem ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Adicionalmente a Administração não espera ter impactos na realização ou liquidação dessas operações.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

O saldo registrado no passivo se refere a transações mercantis, relacionadas ao fornecimento de combustível para a controlada e o recebimento de serviços de transportes, decorrente das vendas de combustível a terceiros.

11. Remuneração de pessoal-chave da Administração.

Em 2019, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla os gerentes sênior e o presidente da Companhia, totalizou R\$ 1.524 (R\$ 946 em 2018), e incluem honorários (diretoria) e pro labore (presidente).

Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados concedidos pela Companhia referem-se basicamente a benefícios concedidos em bases mensais e assim reconhecidos contabilmente. Inexistem benefícios pós-emprego, fundos de pensão ou outros benefícios que requeiram tratamento contábil específico.

12. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Reconciliação das despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
(Prejuízo) / Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	18.468	11.785	18.468	11.628
Imposto de Renda e Contribuição Social à alíquota nominal (34%)	-	4.007	-	4.007
Ajuste para cálculo efetivo da alíquota		-		-
Equivalência patrimonial	4.432	10.084	-	-
Adições permanentes não dedutíveis	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	(9.853)	-	(9.853)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (i)	-	(973)	-	(816)
Aliquota efetiva	-187%	-1311%	-187%	-1525%

b) Tributos diferidos

A Companhia reconhece tributos diferidos sobre prejuízos fiscais de anos anteriores, sem expiração, e para os quais a compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual, na medida em que haja lucro tributável disponível para compensar diferenças temporárias, com base nas premissas e condições definidas no modelo de negócios da Companhia.

O reconhecimento do tributo diferido é realizado quando é provável que um lucro tributável para os próximos exercícios esteja disponível para ser usado para compensá-lo, com base nas projeções de resultados elaborados pela Administração.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os tributos diferidos foram calculados a partir das seguintes bases:

	Taxa	2019		2018	
		Base	R\$	Base	R\$
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	34	2.777	944	4.235	1.440
Provisão para perdas com adiantamentos de fornecedores	34	440	150	2.030	690
Provisão para perdas com precatórios	34	-	-	-	-
Provisão para demandas judiciais	34	6.614	2.249	9.955	3.385
Outros	34	736	250	331	113
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	34	135.368	46.025	129.384	43.991
		<u>145.935</u>	<u>49.618</u>	<u>145.935</u>	<u>49.618</u>

Movimentação	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Em 1º de janeiro	49.618	50.610	49.618	50.610
Constituição (realização)	-	(992)	-	(992)
Em 31 de dezembro	<u>49.618</u>	<u>49.618</u>	<u>49.618</u>	<u>49.618</u>

Imposto de Renda e a Contribuição Social, diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil. Seu reconhecimento ocorre na medida em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária. Os prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social acumulados não possuem prazo de prescrição, porém a sua compensação é limitada a 30% do montante do lucro tributável de cada exercício, deste modo, a Companhia reconheceu o Imposto de Renda e a Contribuição Social, diferidos no limite das projeções de resultados.

- (i) Constituição do ativo diferido referente ao prejuízo fiscal para utilização no parcelamento do PERT (nota explicativa nº16) na forma de liquidação dos saldos tributários no âmbito da Receita Federal, conforme previsto pela Lei nº 13.496/17 - Artigo 2º - item I. Foi consumido o diferido em 2018 na consolidação do PERT.

Benefício fiscal - Ágio (Goodwill) com expectativa de rentabilidade futura

Até 31 de dezembro de 2016 a Companhia reconheceu o benefício fiscal oriundo da incorporação reversa da sua controladora na época, Petrofic Participação e Investimentos Empresariais Ltda.. Fato subsequente à incorporação da controladora e registro do ágio atribuído com expectativa de rentabilidade futura, a Administração reconheceu a provisão de recuperação futura deste ágio, no limite da recuperação fiscal, que passou a ser considerado como um crédito fiscal. Fato corroborado por laudo de especialista independente na época, e cujo montante apurado foi de R\$ 136.322 milhões (atualmente totalmente realizado), entretanto está em vigor desde 1º de janeiro de 2015 a Lei nº 12.973/2014 que determina que apenas o goodwill oriundo de aquisição de participações societárias entre partes independentes, serão considerados para gerar despesas dedutíveis, observadas algumas exigências descritas na respectiva lei. Sobretudo, apoiada na opinião legal do seu assessor jurídico, a Administração da Companhia aproveitou a dedutibilidade fiscal do referido crédito tributário, que apresenta a probabilidade de ganho "Possível" para a Companhia na existência de qualquer discussão, inclusive judicial, sobre o direito destes créditos fiscais.

Conforme Opinião Legal dos assessores jurídicos os anos de 2006, 2007 e 2008 (Processo administrativo nº 19515.721363/2011-71) estão classificados como "Possível perda", resta apenas as discussões na esfera judicial. Para os anos de 2009 a 2013, o montante em cobrança foram parcelados no Pert. Já os anos de 2014 a 2016, não possuem impugnações pela Receita Federal.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

13. Imobilizado

Composição

	Controladora				Consolidado			
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
			2019	2018			2019	2018
Terrenos	15.619	-	15.619	15.619	15.619	-	15.619	15.619
Móveis e utensílios	1.537	802	735	700	1.537	802	735	700
Máquinas e equipamentos	5.571	5.227	344	273	5.758	5.353	405	342
Edifícios, benfeitorias e tanques	40.945	18.388	22.557	24.004	41.243	18.388	22.855	24.302
Equipamentos de informática	3.975	2.797	1.178	1.330	3.975	2.797	1.178	1.330
Equipamentos de telefonia	830	727	103	47	830	727	103	47
Veículos	24.939	14.124	10.816	6.880	30.009	16.956	13.053	9.992
Outros bens móveis	1.882	1.268	615	653	1.882	1.267	615	653
Imobilizado em andamento (i)	37.395	-	37.395	15.079	37.395	-	37.395	15.079
	<u>132.693</u>	<u>(43.333)</u>	<u>89.362</u>	<u>64.585</u>	<u>138.249</u>	<u>(46.290)</u>	<u>91.959</u>	<u>68.064</u>

Movimentação do imobilizado

	Controladora				2018	2019			
	2017	Adições	Baixa	Transferências		Adições	Baixa	Transferências	2019
Terrenos	15.619	-	-	-	15.619	-	-	-	15.619
Móveis e utensílios	1.287	115	(5)	-	1.397	172	(32)	-	1.537
Máquinas e equipamentos	5.354	77	(1)	-	5.430	142	(1)	-	5.571
Edifícios, benfeitorias e tanques	38.236	2.675	-	-	40.911	67	(35)	-	40.943
Ferramentas	1.146	-	-	-	1.146	-	-	-	1.146
Equipamentos de informática	2.361	165	-	-	2.526	312	-	-	2.838
Equipamentos de telefonia	897	6	-	-	902	93	-	-	995
Veículos	18.603	344	(1.268)	-	17.679	7.312	(90)	-	24.901
Outros bens móveis	1.635	36	-	-	2.243	74	-	-	2.317
Imobilizado em andamento (i)	7.255	10.540	(2.715)	-	14.509	22.342	(25)	-	36.826
	<u>92.393</u>	<u>13.958</u>	<u>(3.989)</u>	<u>-</u>	<u>102.362</u>	<u>30.514</u>	<u>(183)</u>	<u>-</u>	<u>132.693</u>
Depreciação	<u>(34.300)</u>	<u>(4.771)</u>	<u>1.297</u>	<u>-</u>	<u>(37.777)</u>	<u>(5.667)</u>	<u>111</u>	<u>-</u>	<u>(43.333)</u>
Valor residual	<u>58.093</u>	<u>9.187</u>	<u>(2.692)</u>	<u>-</u>	<u>64.585</u>	<u>24.847</u>	<u>(72)</u>	<u>-</u>	<u>89.362</u>

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	Consolidado				2018				2019
	2017	Adições	Baixa	Transferências		Adições	Baixa	Transferências	
Terrenos	15.619	-	-	-	15.619	-	-	-	15.619
Móveis e utensílios	989	115	(5)	-	1.099	172	(32)	-	1.239
Máquinas e equipamentos	5.540	78	(1)	-	5.617	142	(2)	-	5.757
Edifícios, benfeitorias e tanques	35.250	2.674	-	-	37.924	68	(32)	-	37.960
Ferramentas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamentos de informática	3.495	165	-	-	3.660	311	-	-	3.971
Equipamentos de telefonia	729	6	-	-	735	93	-	-	828
Veículos	23.968	344	(1.524)	-	22.788	7.312	(90)	-	30.010
Outros bens móveis	1.775	36	-	-	1.811	74	-	-	1.885
Imobilizado em andamento (i)	10.840	10.540	(2.715)	-	18.665	22.342	(25)	-	40.982
	98.205	13.958	(4.245)	-	107.918	30.514	(181)	-	138.249
Depreciação	(35.678)	(5.729)	1.553	-	(39.854)	(6.548)	111	-	(46.290)
Valor residual	62.527	8.229	(2.692)	-	68.064	23.966	(70)	-	91.959

- (i) Em 2019, realizou investimentos para construção de duas bases novas localizadas nas cidades de Campo Grande-MS e São Gonçalo-MG e automações na plataforma de carregamento e descarregamento da base de Paulínia-SP. Os investimentos totalizaram aproximadamente R\$ 21 milhões.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Taxas de depreciação e vidas úteis

	Vida útil em anos	Taxas de depreciação médias anuais
Edificações, benfeitorias e tanques	25	4%
Móveis e utensílios	11	9%
Equipamentos de informática	9	11%
Veículos	7	14%
Aeronaves	10	10%
Outros bens móveis	9	11%
Máquinas e equipamentos	10	10%
Ferramenta	10	10%
Telefonia	10	10%

Garantias

As garantias são compostas conforme segue:

- A Companhia ofereceu um imóvel em garantia, objeto das Matrículas nºs 116.160 e 122.918 (Base primária de distribuição de combustíveis localizada em Betim/MG), em hipoteca de primeiro grau, sem concorrência de terceiros, em favor do Estado de Minas Gerais para adesão ao Programa de Parcelamento do auto de infração. Em 31 de dezembro de 2019, o valor contábil da propriedade era de R\$ 813 (R\$ 973 em 2018);
- Para a Execução Fiscal nº 2009.61.19.001087-7 em trâmite perante a 3ª Vara Federal de Guarulhos a Companhia deu 29 veículos no montante de R\$ 1.738. Em 2013 a companhia optou em substituir parte dos veículos ora penhorados por outros autos mais novos com valores iguais aos substituídos. Portanto, restaram penhorados 4 autos substituindo parte da frota garantindo o mesmo valor totalizando 6 veículos totalizando um saldo de R\$ 1.206. Em 2018, o processo foi incluído no parcelamento do (PERT);
- Em junho de 2019, a companhia assinou o Termo de Negócio Jurídico Processual junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), assumindo o compromisso de parcelamentos dos débitos federais oriundos da empresa ASADIESEL, conforme detalhamento N.E. nº 16. Para firmamento, foi oferecido como garantia as Bases operacionais e seus respectivos terrenos de Betim/MG, Paulínia/SP e Cuiabá/MT. Em 31 de dezembro de 2019, o valor contábil total das propriedades eram de R\$ 10.352.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

14. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	T J nominal	Venc.	Controladora		Consolidado	
			2019	2018	2019	2018
Capital de giro	8,28% a 9,96%	2019	55.160	36.060	55.160	36.060
Operações de Confirming			75.765	35.197	75.765	35.197
Duplicatas Descontadas			-	1.318	-	1.318
Outros			2.721	2.270	2.721	2.292
			<u>133.646</u>	<u>74.845</u>	<u>133.646</u>	<u>74.867</u>
Circulante e não circulante			2019	2018	2019	2018
Circulante			130.567	74.512	130.567	74.534
Não circulante			3.079	333	3.079	333
			<u>133.646</u>	<u>74.845</u>	<u>133.646</u>	<u>74.867</u>

Cláusulas restritivas

Os empréstimos contêm cláusulas contratuais declarando que será exigido o pagamento antecipado da dívida, total ou parcial. A seguir, segue breve comentário sobre as principais operações de créditos, garantias e restrições contratuais ("covenants") da Companhia.

- Entrar em estado de insolvência civil, liquidação ou falência, impetrar pedido de concordata ou de recuperação judicial, convocar credores para apresentar plano de recuperação extrajudicial ou suspender suas atividades por período superior a 30 (trinta) dias;
- Figurar como devedor em situação de mora de inadimplemento junto ao banco ou qualquer outra instituição fornecedora de crédito, ou qualquer outro Banco;
- Mudança no estado econômico-financeiro da Companhia e/ou de qualquer avalista.

15. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fornecedores de produtos para revenda	38.977	91.379	39.451	92.857
Fornecedores de serviços de transportes	4.927	10.351	4.927	10.351
Partes Relacionadas (Nota 10)	501	1.565	501	1.565
Outros	9.740	7.139	9.740	7.139
	<u>54.145</u>	<u>110.434</u>	<u>54.619</u>	<u>111.912</u>

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

16. Impostos e contribuições a recolher e parcelamentos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Impostos correntes				
ICMS ST a recolher	3.153	4.869	3.153	4.869
ICMS próprio a recolher	706	736	749	830
Pis a recolher	-	71	3	73
Cofins a recolher	-	331	15	342
Impostos sobre operações financeiras	2.790	4.978	2.790	4.978
Imposto de Renda e contribuição social	-	-	-	-
Outros	437	391	446	401
	<u>7.086</u>	<u>11.376</u>	<u>7.156</u>	<u>11.493</u>
Parcelamentos				
Parcelamento - REFIS PERT (i)	47.547	173.264	47.749	173.489
Parcelamento Especial PGFN (ii)	149.230	-	149.230	-
Parcelamento Especial ICMS - SP (iii)	1.947	1.771	2.081	1.941
Parcelamento Manguinhos - ICMS - MG (iv)	8.980	12.316	8.980	12.316
Parcelamentos Federais	1.010	2.563	1.061	2.610
	<u>208.714</u>	<u>189.914</u>	<u>209.101</u>	<u>190.356</u>
Circulante	19.857	18.039	19.998	18.223
Não circulante	195.943	183.251	196.259	183.626
	<u>215.800</u>	<u>201.290</u>	<u>216.257</u>	<u>201.849</u>

(i) Adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT

Em 27 de outubro de 2017 a Administração da Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, que foi instituído pela Medida Provisória n.º 783/17, posteriormente convertida na Lei n.º 13.496/17 de 24 de outubro de 2017, nessas circunstâncias, foram incluídos todos os débitos da Companhia apresentados na PGFN - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e na RFB - Receita Federal do Brasil, bem como, foram incluídos os débitos da empresa Asadiesel Petróleo Ltda. com a PGFN - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, tal empresa embora tenha sido incorporada contabilmente em 2005, não apresenta-se incorporada na referida autoridade tributária, cujo o montante apresentado é R\$ 191.809.

Fato subsequente à adesão, os débitos constantes na PGFN foram deferidos, enquanto os débitos com a RFB aguardam a análise e deferimento daquela autoridade tributária.

Foram incluídos no PERT os saldos dos tributos vencidos até abril de 2017, onde a Companhia no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, incluiu débitos da CPMF - Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direito de Natureza Financeira, parcelando a dívida em 145 meses, com entrada de 20% e redução de 80% juros, 50% de multas e 100% encargos/honorários, o saldo remanescente será atualizado mensalmente pela taxa SELIC.

Em outubro de 2018 foi consolidado o parcelamento no âmbito da Receita Federal do Brasil - RFB, onde, o saldo devedor no montante de R\$ 55.876, foi enquadrado na modalidade do item I - Art. 2º lei 13.496/17. Nessa modalidade, a antecipação de 20% representado pelo montante de R\$11.175 foi amortizado do total da dívida, onde, o saldo remanescente no de R\$ 44.701, foi liquidado com prejuízo fiscal, conforme previsto no regulamento do parcelamento.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

Para a empresa Asadiesel Petróleo Ltda. no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, incluiu os saldos da desistência dos parcelamentos de períodos anteriores instituído pela lei 11.941/09, e o montante atualizado e consolidado, foi parcelado em 120 vezes, sendo que as parcelas serão progressivas e corrigidas pela taxa SELIC.

(ii) Termo de Negócio Jurídico Processual

Em 11 de junho de 2019 a Administração da Companhia celebrou, por meio de um Termo de Negócio Jurídico Processual, um acordo com a PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional onde repactuou substancialmente o parcelamento que havia incluído no PERT da empresa Asadiesel Petróleo Ltda., bem como, o plano de amortização da dívida (alongamento até 2029 -através de pagamentos mensais acordados por um valor mínimo fixado ou percentual sobre a receita bruta auferida, caso qual esta exceda a receita bruta projetada informada no referido termo, decorrendo em pagamentos complementares), garantias entre outros eventos, restabelecendo no acordo a dívida no montante R\$ 151.234 mil, atualmente R\$ 149.230 mil em 31 de dezembro de 2019. Dessa forma, o montante remanescente da dívida no PERT é de R\$ 47.547.

Como garantia desta operação, foram oferecidos bens em operação da Companhia, a exemplo de edifícios, terrenos e equipamentos das plantas de Pauínia/SP, Betim/MG e Cuiabá/MT, totalizando montante de R\$ 224.476 mil.

O referido termo de negócio jurídico processual, classificado no passivo, passa a ter a seguinte programação de pagamento anual com base nos faturamentos:

Acordo PGFN

Ano	Receita Bruta anual esperada	Percentual	Amortização Anual Mínima	Proposta pagamento mensal
2019	5.479.642	0,06%	3.500	292
2020	7.178.331	0,05%	3.800	317
2021	7.178.331	0,07%	5.312	443
2022	7.178.331	0,10%	7.465	622
2023	7.178.331	0,13%	9.045	754
2024	7.178.331	0,17%	11.884	990
2025	7.178.331	0,24%	16.980	1.415
2026	7.178.331	0,27%	19.423	1.619
2027	7.178.331	0,34%	24	2.964
2028	7.178.331	0,34%	24.402	3.167
2029	7.178.331	0,35%	25.016	2.044
			126.852	

- (iii) Durante o processo de Recredenciamento - prerrogativa da SEFAZ (SP) - visando regularizar o seguimento de combustível, todas as companhias do segmento, tiveram seus regimes especiais suspensos, o que gerou mudanças no acompanhamento operacional, fiscal e jurídico das relações entre a SEFAZ (SP) e as distribuidoras. Uma destas mudanças foi a ruptura do parcelamento chamado PPI, por haverem ações em discussões judiciais com a SEFAZ (SP). As referidas medidas já foram solucionadas e o parcelamento foi refeito em janeiro de 2011. Em 2018 a companhia está com o Credenciamento válido e ativo junto à SEFAZ-SP, tendo em vista que a situação fiscal está regular no estado, incluindo obrigações assessorias e tributárias.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

- (iv) ICMS MG - No ano de 2009 e 2010 a Companhia adquiriu produtos da Refinaria de Petróleo de Manguinhos S.A. ("Manguinhos"). A sistemática tributária existente torna a Manguinhos a responsável pelo recolhimento de todos os impostos de cadeia de valor do segmento de combustível aos referidos Estados. A Manguinhos está em uma discussão com o Estado de Minas Gerais dos valores dos repasses dos créditos tributários daquele Estado, o qual lavrou auto de infração contra a Companhia. Em 2015 a Companhia, como responsável solidária pelos impostos na cadeia, efetuou o parcelamento do débito de ICMS junto a Secretaria da Fazenda do estado de Minas Gerias e consequentemente recuperou o Regime especial desse Estado, deixando de recolher o ICMS sobre a comercialização do álcool hidratado antecipadamente, passando a recolher por apuração em conta gráfica. Em 2018 o parcelamento se mantém ativo e regular.

17. Provisão para patrimônio líquido negativo de controlada

Informações da controlada

Em 2019	Participação no capital	Ativos	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Petroviários Transportes Ltda.	99,5000%	3.819	31.369	(4.453)
			31.213	(4.432)

Em 2018	Participação no capital	Ativos	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Petroviários Transportes Ltda.	99,5000%	6.840	(26.915)	(10.135)
			(26.782)	(10.084)

18. Provisão para demandas judiciais

A Companhia e sua controlada são partes em processos judiciais e administrativos em várias cortes e órgãos governamentais. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e análise de demandas pendentes e, com relação a demandas trabalhistas, com base em experiência passada relativas a valores pleiteados, reconheceu a provisão em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e sua controlada registraram uma provisão nas demonstrações contábeis, a qual conforme a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, julga ser suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

A classificação dos valores provisionados, segundo a natureza dos respectivos processos é conforme demonstramos a seguir:

	Controladora											
	2017				2018				2019			
	Saldo	Movimento			Saldo	Movimento			Saldo	Movimento		
	Adições	Baixas	Reversões		Adições	Baixas	Reversões		Adições	Baixas	Reversões	
Tributário outros (i)	2.621	-	(899)	-	1.722	92	(1.626)	-	188			
Cíveis e ANP (ii)	2.307	1.706	(302)	-	3.711	892	(2.765)	-	1.838			
Trabalhistas (iii)	3.538	984	-	-	4.522	5.133	(5.067)	-	4.588			
	<u>8.466</u>	<u>2.690</u>	<u>(1.201)</u>	<u>-</u>	<u>9.955</u>	<u>6.117</u>	<u>(9.458)</u>	<u>-</u>	<u>6.614</u>			
	Consolidado											
	2017				2018				2019			
	Saldo	Movimento			Saldo	Movimento			Saldo	Movimento		
		Adições	Baixas	Reversões		Adições	Baixas	Reversões		Adições	Baixas	Reversões
Tributário outros (i)	2.624	-	(902)	-	1.722	95	(1.626)	-	190			
Cíveis e ANP (ii)	2.307	1.706	(302)	-	3.711	892	(2.765)	-	1.838			
Trabalhistas (iii)	5.728	984	(2.190)	-	4.522	5.243	(5.067)	-	4.698			
	<u>10.659</u>	<u>2.690</u>	<u>(3.394)</u>	<u>-</u>	<u>9.955</u>	<u>6.230</u>	<u>(9.458)</u>	<u>-</u>	<u>6.726</u>			

(i) Assuntos tributários

Referem-se à processos em exibibilidade suspensa onde os assessores jurídicos periodicamente acompanham os status de cada processo.

(ii) Assuntos cíveis e ANP

Referem-se às provisões constituídas para demandas judiciais relativas às ações judiciais passivas de natureza cível, sobre processos de indenização por danos materiais e morais e autuações por parte da ANP - Agência Nacional de Petróleo.

(iii) Assuntos trabalhistas

As principais naturezas em discussão referem-se a pedidos relacionados a comissões, adicional de periculosidade e respectivos reflexos, bem como horas extras e seus respectivos adicionais, devolução dos descontos efetuados em folha de pagamento, entre outras; pedidos de indenização por danos morais.

A Companhia é parte em outros processos de natureza tributária, cível e trabalhista, que se encontra em instâncias diversas e foi classificada pela Administração, com base na opinião de seus consultores legais, como de risco de perda possível ou remota, levando-se em consideração tanto a jurisprudência predominante, quando a documentação específica existente.

A Administração da Companhia entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por reservas suficiente em suas demonstrações contábeis. As declarações de rendimentos da Companhia estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades tributárias, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes a períodos variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Contingências - demandas judiciais consideradas como de perda possível

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os montantes de risco máximo dos processos considerados como perda possível, conforme anteriormente comentado, são:

- Tributárias (i): R\$ 6.532 (R\$ 124.660 em 2018);
- Trabalhistas: R\$ 15.168 (R\$ 28.436 em 2018);
- Cíveis: R\$ 4.551 (R\$ 3.609 em 2018).

Na opinião da Administração, a decisão final com respeito a essas ações não afetará materialmente as demonstrações contábeis da Companhia.

Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Bloqueios e depósitos judiciais	4.972	3.741	5.316	4.012
Depósitos Judiciais - Icms GO Protege	6.844	4.521	6.844	4.521
	<u>11.816</u>	<u>8.262</u>	<u>12.160</u>	<u>8.533</u>

19. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social da Companhia que está totalmente subscrito e integralizado, no valor de R\$137.324 em 31 de dezembro de 2019 e 2018 passa a ser dividido em 137.323.993 milhões de ações ordinárias nominativas e distribuídas da seguinte forma:

	2019	2018
	(Ações)	(Ações)
E N Administração e Participações S.A.	137.322	137.322
Édio Nogueira	2	2
	<u>137.324</u>	<u>137.324</u>

Os titulares de ações ordinárias têm direito a um voto por ação nas reuniões da Companhia.

Conforme 33ª Alteração e Consolidação do Contrato Social datado de 1º de outubro de 2006, a Administração aprovou a incorporação do acervo líquido da empresa Petrofic Participação e Investimentos Empresariais Ltda., onde nessa oportunidade foi apurado ágio (goodwill) e um consequente benefício fiscal na ocasião de R\$ 136.322 mil, que teve o montante integral capitalizado, sem atenção para o registrado como Reserva Especial de Ágio, a medida em que ocorreria sua realização. Em 31 de dezembro de 2016, ocorreu a equalização esperada para a capitalização da referida Reserva.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Destinação do lucro

i. Distribuição de dividendos

O estatuto social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma da legislação societária. A Administração deliberará sobre a destinação dos dividendos em Assembleia Geral.

ii. Reserva legal

Foi constituída nos termos da legislação societária, na base de 5% do lucro líquido, observando-se o limite de 20% do capital social realizado ou 30% do capital social somadas as reservas de capital. Após esses limites, as apropriações a essa reserva não são obrigatórias.

A reserva legal somente pode ser utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

20. Receita operacional líquida

A receita operacional é composta por vendas de produtos e serviços como a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita operacional bruta				
Gasolina	1.763.722	1.492.715	1.763.722	1.492.715
Diesel	2.605.803	2.335.369	2.603.017	2.329.387
Etanol	248.268	383.264	248.268	383.264
Armazenagem	4.744	4.413	6.218	10.620
Transporte	-	-	-	-
	<u>4.622.537</u>	<u>4.215.761</u>	<u>4.621.225</u>	<u>4.215.986</u>
Impostos sobre vendas	(61.553)	(103.138)	(64.191)	(108.008)
Devoluções	(11.564)	(14.373)	(11.564)	(14.373)
Receita operacional líquida	<u>4.549.420</u>	<u>4.098.250</u>	<u>4.545.470</u>	<u>4.093.605</u>

21. Resultado por natureza

Reconciliação de despesas por natureza

O grupo de custos e despesas é demonstrado no resultado por função.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

A reconciliação do resultado por natureza/finalidade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, está demonstrada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Gasolina	(1.712.101)	(1.434.959)	(1.712.101)	(1.434.959)
Diesel	(2.485.763)	(2.214.018)	(2.482.977)	(2.208.036)
Etanol	(187.352)	(283.737)	(187.352)	(283.737)
Despesas com fretes	(60.627)	(71.971)	(48.319)	(49.533)
Despesas com pessoal	(37.852)	(28.933)	(38.686)	(33.333)
Depreciação e amortização	(6.705)	(5.392)	(7.647)	(6.409)
Consultoria e assessoria	(1.621)	(1.144)	(1.628)	(1.157)
Serviços prestados	(1.801)	(1.989)	(1.801)	(1.989)
Despesas com aluguéis	(927)	(783)	(1.129)	(808)
Comissão sobre vendas	(2.249)	(2.109)	(2.249)	(2.109)
Despesas com vendas	(2.262)	(2.821)	(2.262)	(2.836)
Despesas com processos	(4.429)	(2.586)	(4.568)	(3.609)
Despesas com seguros	(1.244)	(1.138)	(1.677)	(1.679)
Licenciamento de software	(1.892)	(1.715)	(2.017)	(1.861)
Despesas administrativas	(9.419)	(2.528)	(18.767)	(23.866)
Outros	(1)	(1.210)	(3.348)	(6.748)
Provisão para crédito de liquidação c	(1.807)	(4.235)	(1.881)	(4.331)
	<u>(4.518.052)</u>	<u>(4.061.268)</u>	<u>(4.518.409)</u>	<u>(4.067.000)</u>
Classificados como:				
Custos dos produtos vendidos e	(4.424.086)	(3.969.134)	(4.433.168)	(3.988.559)
Despesas com vendas	(4.867)	(30.345)	7.367	(7.973)
Despesas administrativas e gerã	(89.099)	(61.789)	(92.608)	(70.468)
	<u>(4.518.052)</u>	<u>(4.061.268)</u>	<u>(4.518.409)</u>	<u>(4.067.000)</u>

22. Outras despesas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Reversão (constituição) de provisão para demandas judiciais, líquidas	-	(199)	(112)	458
Provisão para perdas com adiantamentos	(96)	(2.667)	(96)	(2.667)
Resultado na venda de imobilizados	28	353	28	496
Sinistros e roubos de cargas	68	-	68	(59)
Outras despesas operacionais, líquidas	<u>28.969</u>	<u>(842)</u>	<u>28.820</u>	<u>(1.308)</u>
	<u>28.969</u>	<u>(3.355)</u>	<u>28.708</u>	<u>(3.080)</u>

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

23. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras				
Juros sobre contas a receber	4.682	3.163	4.889	3.163
Rendimento sobre aplicações financeiras	97	11	97	11
Juros sobre contratos de usinas	6.121	591	6.121	591
Outras	3.752	558	3.754	560
	<u>14.652</u>	<u>4.323</u>	<u>14.861</u>	<u>4.325</u>
Despesas financeiras				
Juros passivos	(20.234)	(8.233)	(20.245)	(8.259)
Juros provisionados e não pagos	(683)	(1.724)	(683)	(1.728)
Despesas com IOF	-	-	(15)	(16)
Outras despesas financeiras	(6.585)	(3.606)	(6.625)	(3.621)
	<u>(27.502)</u>	<u>(13.563)</u>	<u>(27.568)</u>	<u>(13.624)</u>
Variações monetárias				
Juros sobre REFIS (i)	(24.587)	(2.518)	(24.594)	(2.599)
	<u>(24.587)</u>	<u>(2.518)</u>	<u>(24.594)</u>	<u>(2.599)</u>
	<u>(37.437)</u>	<u>(11.758)</u>	<u>(37.301)</u>	<u>(11.898)</u>

(i) Consolidação REFIS - PERT (nota explicativa nº 16), apropriação e reconhecimento de juros e encargos financeiros de atualização.

24. Compromissos assumidos

A Companhia possui contrato de aquisição de combustível com a Petrobrás cuja a vigência contratual 1º de julho de 2019 a 31 de maio de 2020 sobre o qual foram mantidas as mesmas condições contratuais que a Companhia já vinha mantendo com este fornecedor, o qual obriga - se a retirar mensalmente 95% do volume contratado, caso isso não ocorra ocasionará uma multa de R\$50,00 (cinquenta reais) por metro cúbico não retirado.

Por conta do evento COVID-19, as multas por falta de retirada do produto foram suspensas por 60 dias, alcançando os meses de abril, maio e junho de 2020.

A Companhia possui contratos de aquisição de etanol junto a usinas para assegurar o fornecimento do produto pelo prazo de um ano.

25. Seguros

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui cobertura de seguro contra incêndios, raios e explosões de qualquer natureza para todo o estoque de etanol e petróleo, e para determinadas edificações, equipamentos, instalações e máquinas, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

A Companhia não está prevendo ter quaisquer dificuldades para renovar suas apólices de seguro e acredita que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil.

As premissas de riscos, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram auditadas por nossos auditores.

26. Eventos subsequentes

As recentes notícias do avanço do Corona Vírus ("COVID-19") está afetando a economia global. No Brasil, já são sentidos alguns impactos como a desvalorização do câmbio que no curto prazo irá provocar desaceleração do PIB e o período de isolamento social acarretará quedas exponenciais no consumo. Para mitigar os impactos em seus negócios, a Companhia está elaborando um plano de contingência e monitorando seus canais de distribuição e sua cadeia de suprimentos, para garantir o abastecimento de combustível e, conseqüentemente, a continuidade de suas operações.

A Companhia tomou ações para o time apoiar ainda mais as operações de compras e vendas de combustíveis na travessia deste momento complexo, sendo assim, buscou oportunidades de mercado fornecendo plataformas de Home Office aos seus colaboradores com rapidez na implantação da solução.

Além disso, a Companhia vem em busca incessante nas reduções de despesas nesse período ameno, realizando cortes e suspensão de contratos para aqueles identificados como não essenciais para continuidade de suas operações. Nesse sentido, também renegocia a postergação dos vencimentos com seus fornecedores atuais, com intuito de preservar a saúde financeira.

Reestruturou internamente seu corpo operacional, inicialmente diminuindo o quadro de colaboradores em 22% que gerou um impacto financeiro no montante de R\$ 1.845 mil em rescisões trabalhistas. Com as respectivas possibilidades abordadas pelo Governo Brasileiro, atendendo as obrigações trabalhistas e fiscais, aderiu a Medida Provisória 936 de 1º de abril de 2020, que reduzirá em 25% os salários dos colaboradores, incluindo gerentes e diretores e fará redução na carga horária diária dos colaboradores para 6 horas, no prazo determinado de 90 dias a desde abril de 2020, sempre em conformidade com as previsões legais trabalhistas. Para esse período de redução na carga horária, a Companhia elaborou um estudo de revezamento, onde o corpo operacional assim como o administrativo, estarão presentes para contínuo funcionamento em tempo integral.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Embora nossa principal prioridade continue sendo a saúde e a segurança de nossos colaboradores, clientes e fornecedores, continuaremos focados no ajuste da capacidade de acordo com a variação na demanda e na preservação de nossa posição de caixa durante esse período árduo. Encerramos 2019 como uma das maiores distribuidoras de combustível do mercado brasileiro e, nossa forte posição de liquidez, combinada com a experiência e dedicação de nossa equipe, adicionada a esse momento desafiador se mostra cada vez mais unida para a manutenção de nossa missão: "Levar combustível de qualidade para os mais diversos negócios em todo o Brasil."